

“Quem salvará nossos filhos?”: discursos sobre a “ideologia de gênero” na campanha eleitoral de 2018

“Who will save our children?”: discourses on “gender ideology” in the 2018 election campaign

Rafael Danrley Barra de Menezes

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Vieira da Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil

Resumo: O artigo analisa discursos sobre a “ideologia de gênero” em postagens de redes sociais de candidatos no período eleitoral de 2018. O aparato teórico que conduz a investigação encontra respaldo, principalmente, nos estudos discursivos foucaultianos. O *corpus* é formado por quatro publicações em redes sociais de candidatos a cargos do Poder Legislativo (deputado estadual e federal), os quais se vinculavam à base aliada do então presidenciável Jair Bolsonaro. Sobre a metodologia, convém mencionar que se trata de um estudo descritivo-interpretativo de natureza qualitativa. As análises mostram que os discursos sobre a “ideologia de gênero” emolduram tal prática como um mal a ser combatido, especialmente porque deturpa valores da religião cristã e fere a inocência das crianças. Os candidatos inserem-se, portanto, numa posição de combate a tal “ideologia de gênero” e, a partir disso, buscam engajamento junto aos potenciais eleitores na *web*.

Palavras-chave: Análise do discurso; Gênero; Rede social; Política

Abstract: The article analyzes discourses on "gender ideology" in social media posts of candidates in the 2018, along the time of Brazilian election campaign. The theoretical apparatus that conducts the investigation finds support, mainly, in Foucault discourse studies. The corpus is formed by four publications on social networks of candidates for positions in the Legislative Branch (state and federal deputy), which were linked to the allied base of presidential Jair Bolsonaro - that time a candidate. About the methodology, it is worth mentioning that this is a descriptive-interpretative study of a qualitative nature. The analyses show that the discourses on "gender ideology" frame such practice as an evil to be fought, especially because it distorts values of the Christian religion and hurts the innocence of children. The candidates insert themselves, therefore, in a position of combating such "gender ideology" and, from there, seek engagement with potential voters on the web.

Keywords: Discourse Analysis; Gender; Social Media; Politics



1 Introdução

As eleições gerais de 2018 foram marcadas por uma série de inflexões que podem ser sintetizadas a partir da vitória presidencial de um deputado federal inexpressivo e conhecido por participar de programas sensacionalistas de televisão e proferir toda sorte de dizeres violentos contra as minorias sexuais e de gênero. Certamente a ojeriza às sexualidades dissidentes antecede à campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, porquanto este, enquanto deputado, sempre defendeu uma pauta antigênero, por meio de uma conduta conservadora e beligerante. Contudo, é importante frisar como no contexto da corrida presidencial de 2018, o cavalo de batalha residiu justamente na desinformação acerca das relações de gênero e sexualidade (CUNHA, 2020), através da fabricação discursiva de mentiras como o *kit-gay* e a famigerada “ideologia de gênero”. Buscando, especialmente, apoio junto a grupos religiosos e conservadores, os quais têm crescido vertiginosamente no cenário político brasileiro, bem como em movimentos sociais como Escola Sem Partido, o então candidato Bolsonaro investiu fortemente no combate a um inimigo que supostamente deturparia a inocência das crianças, levando-as a uma sexualização precoce: a “ideologia de gênero”.

De acordo com uma matéria da Folha de S. Paulo, publicada no período da campanha presidencial, particularmente no período que antecedia ao segundo turno, um vídeo do ano de 2016, em que Jair Bolsonaro acusava o Partido dos Trabalhadores (PT) de sexualizar as crianças de forma precoce, havia alcançado mais de 8 milhões de visualizações. De acordo com Saldaña (2018), no vídeo o candidato alegava que o referido partido havia produzido materiais didáticos que incentivariam a homossexualidade nas crianças em idade escolar. Ainda que o candidato tenha sido desmentido, após ter mostrado em entrevista ao Jornal Nacional, antes do primeiro turno, um livro paradidático que jamais foi distribuído em escolas, Bolsonaro voltou a mentir, dizendo que a obra teria sido entregue às instituições de ensino como uma forma de brinde por parte da editora. Para o candidato e os seus apoiadores, o candidato Fernando Haddad (PT) seria responsável por promover uma agenda de implantação de valores contrários ao modelo paradigmático da família tradicional, aos dogmas da religião cristã e ao binarismo de gênero.

Na esteira dessa empreitada, outros candidatos a deputados estaduais e federais, alinhados ao *modus operandi* do bolsonarismo, também lançaram mão da ofensiva antigênero como uma forma de ganhar eleitores. O considerável êxito de tal ofensiva se expressa, por exemplo, no fato de o Congresso Nacional, a partir de 2018, a despeito de algumas renovações, ter sido o mais conservador dos últimos quarenta anos (QUEIROZ, 2018). Surfando na onda direitista, diferentes candidatos valeram-se do pânico moral engendrado sob a ameaça da “ideologia de gênero”, como uma forma de construir uma atuação política que pudesse barrar as discussões sobre gênero e sexualidade, especialmente no âmbito escolar. Para Cunha (2020), de maneira sintética, a “ideologia de gênero” corresponde a uma forma deturpada de se referir aos estudos científicos, particularmente no campo das Ciências Humanas, os quais compreendem a sexualidade e o gênero não como entidades fixas e biológicas, senão como construções culturais, históricas e sociais e, por isso, produzidas por meio de relações de poder. Considerando que esses estudos buscam desconstruir as desigualdades de gênero e dirimir a violência perpetrada contra aqueles que fogem das normas regulatórias, os combatistas da “ideologia de gênero” tendem a vilipendiar e condenar os estudos de gênero, porque estes feriam a natureza e a lei divina, de modo a afetar fortemente o edifício real e simbólico do cristianismo (SHCIBELINSKI, 2020). Embora tenha surgido no interior da Igreja Católica, no final do século passado, o fantasma da “ideologia” ganhou força no âmbito das forças protestantes que, ao se aglutinarem na cena política brasileiro, formam o que comumente se denomina de “bancada evangélica”. Num contexto de tímidos avanços em relação a direitos sexuais e reprodutivos, a partir de um governo com acenos progressistas, esses atores ganharam certo protagonismo. Podemos mencionar aqui as manobras realizadas por tais grupos para retirar do texto do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2014, a referência aos termos *gênero* e *orientação sexual*.

No âmbito dessas condições históricas de possibilidade, este texto apresenta como objetivo analisar, a partir do exame de postagens de candidatos a deputados estaduais e federais no curso da eleição de 2018, como a “ideologia de gênero” foi discursivamente produzida, com o intuito de gerar um determinado engajamento eleitoral. Para tanto, analisamos quatro postagens publicadas em diferentes redes sociais digitais, como *Instagram* e *Twitter*, dos seguintes candidatos: Dr. Daniel (PSL/RN), Nelson Barbudo (PSL/MT), Tio Trutis (PSL/MS) e Professora Dayane Pimentel (PSL/BA). Para subsidiar

teoricamente as análises, busca-se respaldo nas reflexões de Foucault (2020) acerca do discurso, enunciado e da formação discursiva, bem como de autores que refletem de modo mais detido acerca do discurso político como Courtine (2006), Piovezani (2009; 2017) e Sargentini (2012; 2015).

2 Do conceito de discurso à singularidade do discurso político

Conforme as teorizações de Foucault (2020a), o discurso pode ser definido como uma prática que constrói os objetos de que fala e como um conjunto de enunciados que estão vinculados a uma mesma formação discursiva. Vemos, a partir dessa breve descrição, que o conceito de discurso está sensivelmente atrelado a noções adjacentes, de modo a funcionar por meio de uma rede de noções. Dessa feita, o autor francês postula que o enunciado representa uma espécie de átomo do discurso, de unidade mínima de análise, de maneira a constituir uma função a cruzar diferentes domínios e permitir que unidades distintas, como a frase, a proposição e o ato de fala, possam ser reconhecidas como tais.

O enunciado, na ótica de Foucault (2020a), compõe-se das seguintes propriedades: a) referencial – está vinculado às leis de possibilidade responsáveis pela emergência de um dado enunciado num tempo e num lugar circunscritos; b) posição de sujeito – diferentemente do sujeito empírico ou gramatical, bem como da instância autoral, trata-se de uma posição a ser assumida por diferentes indivíduos; c) domínio associado – refere-se a uma rede enunciativa de já-ditos e por dizer, por meio da qual os enunciados são constituídos; d) materialidade repetível – o enunciado precisa se ancorar num lugar, numa data, numa substância ou num aparato institucional.

A partir da descrição enunciativa, é possível, de acordo com o autor francês supracitado, constatar a existência de determinadas regularidades, as quais num regime de dispersão engendram o que Foucault (2020a) nomeia como sendo uma formação discursiva. Trata-se, pois, de um conjunto de escolhas temáticas, tipos de objetos de enunciação, de conceitos e de estratégias cuja recorrência encontra respaldo num sistema de formação específico. Desse modo, os candidatos que se utilizam do espectro da “ideologia de gênero” como uma forma de angariar um capital eleitoral o fazem por meio de uma dada formação discursiva pautada por modos de enunciar que apresentam certa repetibilidade.

Segundo Foucault (2006), todo discurso é atravessado por relações de poder. Isso porque, para esse pensador, o poder perpassa de maneira microfísica todo o corpo social. Não há, portanto, como escapar das relações de poder e nem enunciar de uma forma que não as leve em consideração. O pensador francês não pensa o poder como uma prática repressiva e vinculada a apenas uma instituição social ou econômica, mas pondera que o poder está nas ações mais sutis do cotidiano e atravessa diferentes relações, como entre pais e filhos, homens e mulheres, docentes e aprendizes, dentre outras. O campo político, por sua natureza, encontra-se matizado por tecnologias de poder e também por estratégias de resistência.

De acordo com Courtine (2006), o discurso político é um discurso de memória que faz funcionar, por meio de um sistema de conservação do arquivo, uma rede difusa de enunciados já ditos e supostamente esquecidos, mas que retornam quando são reclamados. Nesse sistema, existem mecanismos que controlam o que é dito, o que deve ser dito e o que não deve figurar na constituição de um discurso, tratando-se, pois, de um aparelho balizado na história que irradia a todos os tipos de fala, públicas ou particulares, o que pressupõe, ora a interdição, ora a emancipação de alguns enunciados (PIOVEZANI, 2009).

Destarte, com o discurso político, é possível a explicação dos fenômenos sociais e classificação dos sujeitos e instituições, em observância, muitas vezes, a um sistema binário, o qual revela uma linha tênue classificatória entre o legítimo e o ilegítimo, o conservador e o progressista, o comunismo e o capitalismo, dentre outras classificações adotadas (PIOVEZANI, 2009). Nessa lógica, o discurso político serve a um sistema de poder, podendo ser alvo de suspeição ou desconfiança em razão da sua origem, tendo em vista que é uma prática que se inicia na esfera de credibilidade do seu sujeito enunciator.

Percebe-se, com isso, que o objeto primordial do discurso político é a legitimação do sujeito que enuncia numa dada relação de poder. Esse processo de legitimação vem sofrendo alterações gradativamente ao longo dos anos, especialmente ao se considerar que, hodiernamente, na maioria das nações, impera o sistema republicano que, por excelência, pressupõe a participação popular e que todo o poder emana do povo.

Deste modo, são os ouvintes que têm o poder para legitimar as autoridades, instituições, regramentos e o sistema político e social como um todo. Nessa perspectiva, o discurso político vai se preocupar em alcançar essa legitimidade que é conferida pela

vontade popular, notadamente em relação ao cargo que é desempenhado pelo sujeito enunciador. Sobre isso, Piovezani (2009, p. 134) vai afirmar que “[...] a legitimação do titular ou do candidato a titular de um cargo político pode manifestar-se como um ‘eu’ que se fundamenta na autenticidade da pessoa e na verdade de seu *ego* profundo”.

Nesse contexto, o sujeito candidato constrói a sua identidade, na medida em que se coloca enquanto candidato de determinado grupo ou grupos sociais, importando todo o seu percurso na vida pública para poder se firmar enquanto sujeito político legitimado. Adentrando no objeto de estudo deste artigo – a saber, o discurso político acerca da “ideologia de gênero” –, é possível perceber que está afigurada a tentativa do candidato se ver legitimado com o discurso proferido, ao se considerar a onda de conservadorismo que avançou sobre o país. Partindo dessa análise, verifica-se que o sujeito candidato busca, com isso, legitimar o seu “eu”, como bem assegura Piovezani (2009).

Passemos, então, a uma breve análise de uma postagem publicada no *Twitter*, pelo atual Presidente da República, à época candidato à Presidência, Jair Bolsonaro (sem partido).

Figura 1- Postagem de Jair Bolsonaro (sem partido) no *Twitter*.



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1030195503907196929>.

Analisando esta postagem, percebemos que o sujeito enunciador busca a legitimidade, em outras palavras, o voto popular, ao se apresentar como quem vai acabar com o crime e com benefícios penais; que vai permitir a posse e o porte de armas; que vai assegurar a garantia constitucional do livre mercado e ampla concorrência; e que vai impedir a abordagem da temática de gênero e sexualidade na escola. A esse respeito,

Courtine (2006, p. 88) expõe que “[...] há enunciados que permanecem em vigília, dos quais podemos até perder a memória, que, no entanto, não são dissipados, podendo reaparecer quando for preciso”.

Nessa ótica, a postagem do atual Presidente da República, na época candidato, recobra discursos que remontam a outras temporalidades e condições de emergência dos enunciados, pois, quando ele diz “[...] um Presidente que pegue FIRME CONTRA A BANDIDAGEM [...]; Contra saidinha nas prisões; [...] CONTRA O DESARMAMENTO”, recupera, via domínio associado, enunciados oriundos de movimentos que exigem uma mudança na legislação penal e de execução penal brasileira, deixando-a mais rígida e reduzindo as garantias dos acusados e apenados, além de rememorar os movimentos que foram e são contrários ao estatuto do desarmamento, que, inclusive, ganham coro no Congresso Nacional a partir de um grupo de parlamentares que se agrupam enquanto a “bancada da bala”.

Quando o Presidente se diz “[...] A favor do LIVRE MERCADO”, assume posição dos movimentos liberais e neoliberais, os quais defendem a existência de um Estado mínimo e não interventor na economia e nas relações entre os sujeitos. Finalmente, quando diz ser “[...] Contra a ideologia de gênero e doutrinação ideológica nas escolas”, associa-se a discursos conservadores que versam sobre a proteção da família e dos dogmas cristãos.

Por isso, vê-se que esta postagem apresenta o porquê de ocupar o cargo a que concorre, no caso o de Presidente da República, além de cuidar na formulação de uma boa apresentação do seu próprio perfil, que chega até a passar de um perfil político (qualidade para a função pública) para suas características pessoais, como honestidade, probidade, dentre outras. Ele busca se aproximar do eleitor e criar um sentimento de identidade para com as pessoas que o ouvem/leem, e assim o faz adequando o discurso ao público a que se destina (CHARAUDEAU, 2006; PIOVEZANI, 2009; 2017).

Partindo dessa discussão, vemos que o discurso constituído no campo político transcende a relação entre os sujeitos, uma vez que a fala do sujeito enunciator político, apesar de parecer individual, carrega uma forte carga representativa que a legitima, de modo que “se a voz de um locutor político deve ser a síntese de um coro que fala através dela, sua escuta deve sempre ser composta por muitos ouvidos” (PIOVEZANI, 2009, p. 137).

Sendo assim, o discurso político pode ser uma prática discursiva alinhada a certas categorias identitárias que são assumidas por seus enunciadores em razão daquele “coro” que ele representa. É por isso que, no parlamento brasileiro, por exemplo, os parlamentares com plataforma política semelhante costumam se organizar em grupos que são denominados de “bancadas”, como a “bancada da bala”, a “bancada evangélica”, a “bancada ruralista”, a “bancada das minorias”, dentre outros movimentos.

Do mesmo modo, o público destinatário do discurso também deve estar em consonância com a identidade assumida pelo enunciador. Destarte, ao se debruçar sobre a questão em observância ao tema da presente pesquisa, considera-se que o discurso sobre a “ideologia de gênero” é propagado entre comunidades mais conservadoras – como movimentos religiosos, por exemplo –, pois estas negam o ensino acerca das sexualidades e identidades de gênero dissidentes em face de uma suposta ideologia, concebendo tal ensino como um mal a ser elidido, e, por isso, tal negação é vociferada nos discursos, sobretudo no discurso político de cunho conservador.

Essa constituição do discurso político não se dá apenas pelo fato de ser enunciado por um sujeito político, mas por estar inserido em um ambiente político, sendo atravessado pelas relações de poder durante sua produção, propagação e construção de sentidos. O discurso político assim o é porque é resultado de uma prática discursiva histórica e que deve ser propagada para o seu público-alvo. Busca-se a adesão do maior número de pessoas aos ideais enunciados (CHARAUDEAU, 2006; PIOVEZANI, 2009).

De acordo com Piovezani (2009, p. 151), “os modos de transmissão e o alcance da circulação de um discurso são fatores importantes na constituição do discurso político”. É possível falar em uma transformação na forma pela qual os discursos são formulados, isto é, como se apresentam nas relações entre os sujeitos, aqui abordadas nas relações políticas. Assim sendo, o discurso político, ao longo do tempo, vem sofrendo diversas transformações relacionadas a diversas questões, sobretudo, no que tange à constituição e à circulação desses enunciados (SARGENTINI, 2012; 2015).

Acerca disso, Sargentini (2015, p. 216) pontua que, “nos anos 1980, a importância da circulação dos textos torna-se pauta incontornável. E isso é muito visível, na atualidade, no que se refere ao discurso do âmbito da política”, além de que, “[...] até 1998, o arquivo do discurso político era menos diversificado. Contava-se com livretos contendo programas de governo e panfletos”.

Ora, na contemporaneidade, diversos são os meios de comunicação à disposição da sociedade, tanto é que os sujeitos têm, em mãos – literalmente –, as notícias veiculadas no mundo em tempo real, por meio dos *sites* ou pelas redes sociais, que, por serem canais de interação social, propiciam uma maior velocidade e volume de compartilhamento de informações. Além disso, “[...] ao mesmo tempo em que este campo dá eco às vozes de resistência e protesto, também abriga os mais diversos segmentos políticos, servindo aos propósitos de tantos quantos queiram se colocar nesse novo espaço” (SILVA, 2018, p. 47).

Nas eleições de 2018, de acordo com Goldzweig (2018), as mídias sociais se mostraram como uma forma muito poderosa de atrair a atenção dos eleitores, já que compuseram as campanhas dos políticos enquanto estratégias de comunicação, tendo em vista terem se tornado palco para a circulação da informação entre os sujeitos. Em uma campanha em que o tempo de rádio e televisão conta bastante para persuadir os eleitores, as redes sociais aparecem enquanto alternativa para impulsionar a campanha, servindo tanto ao candidato com menor tempo de propaganda eleitoral gratuita quanto àquele com maior tempo.

“É sob a ordem do *marketing*, havendo uma prevalência das características da propaganda publicitária sobre a propaganda política, que se erige o discurso político” (SARGENTINI, 2012, p. 102). Com efeito, o discurso político passa a se utilizar dessas redes para poder atingir o maior número de sujeitos/eleitores, o que antes só era possível por meio da famigerada propaganda eleitoral gratuita veiculada na televisão e/ou no rádio, que são fatores indispensáveis à constituição desse discurso (PIOVEZANI, 2009; SARGENTINI, 2015).

De acordo com Sargentini (2012, p. 102), “[...] na contemporaneidade, não se pode ficar cego às outras modalidades de linguagem que estão envolvidas no discurso político”, ao que se nota uma mudança no desenvolvimento do *corpus* objeto da análise do discurso ao longo do tempo. Trata-se de uma indisfarçável mudança no que se compreende pelo arquivo do discurso político, que é objeto da análise do discurso (SARGENTINI, 2012).

A materialidade discursiva política é sobremaneira diversificada, ante as diferentes formas de materialização da prática discursiva do sujeito político, sendo, pois, resultado de um verdadeiro deslocamento do *corpus* discursivo político (SARGENTINI,

2012). Se antes o discurso político era materializado em panfletos, evoluindo para pronunciamentos na rede nacional radiofônica e de televisão, hoje, o arquivo do discurso político é formado pelas mídias digitais.

Nas eleições de 2018, as redes sociais se apresentaram como um instrumento estratégico nas campanhas realizadas pelos candidatos, todavia, é de se ressaltar que, mesmo sendo um campo em que podem ser expostos diversos posicionamentos, além de que são um meio para a circulação da informação, as mídias sociais são as plataformas em que as *fake news* (notícias falsas) tendem a circular. Estas, por sua vez, marcaram o pleito de 2018, revelando-se enquanto condições de possibilidade e de existência dos enunciados sobre a “ideologia de gênero” no discurso político.

3 O discurso político sobre a “ideologia de gênero” na campanha eleitoral de 2018

Nesta seção, serão analisadas quatro postagens de candidatos aos cargos do legislativo estadual e federal no *Facebook* e *Instagram*. A escolha das materialidades se deu a partir da vinculação dos parlamentares com o posicionamento adotado por setores e partidos conservadores com relação à “ideologia de gênero” que, na visão destes, consubstancia-se na erotização de crianças e adolescentes a partir do debate sobre gênero e sexualidade no espaço escolar. Começamos a análise pela postagem do médico psiquiatra e candidato não eleito ao cargo de deputado estadual do Rio Grande do Norte, Dr. Daniel (PSL/RN), publicada na época da campanha eleitoral de 2018 na sua página do *Facebook*, conforme figura a seguir. Ademais, convém destacar que a postagem abaixo não se encontra mais disponível na página do então candidato na rede social *Facebook*:

Figura 2 - Postagem do candidato Dr. Daniel



Fonte: Facebook de Dr. Daniel.

Como se pode observar, a postagem tem como foco a criminalização da ideologia de gênero, apresentando-se sob um fundo composto por uma imagem de crianças brincando. Em razão do verbo escolhido para apresentar a proposta (criminalizar), percebe-se um sentimento de repulsa com relação à “ideologia de gênero”, como se esta fosse um mal terrível de ser combatido a ponto de sua “prática” ser criminalizada. O destaque dado à palavra “criminalização” salienta a necessidade de se combater esse dito mal, de modo a mostrar aos sujeitos eleitores de pensamento conservador que o candidato será capaz de erradicar a “ideologia de gênero”. Em outro aspecto, a representação de crianças brincando como fundo da imagem ressalta a ideia de protecionismo com relação aos infantes, que é invocada com recorrência, no interior de um domínio associado, quando se fala sobre a “ideologia de gênero”.

Analisando o perfil do candidato em sua página no *Facebook*, verifica-se que este se apresenta como sendo médico psiquiatra e um dos principais idealizadores das manifestações políticas em favor de Jair Bolsonaro (sem partido) no Rio Grande do Norte. Essa “biografia” apresentada evidencia o *status* do sujeito que fala, considerando que a posição de sujeito é individualizada a partir da sua descrição enquanto um profissional da medicina e de líder político do bolsonarismo local, conferindo-lhe legitimidade para enunciar discursos como este e, nesse caso, apropriar-se de discursos do próprio Jair Bolsonaro. Nessa ótica, o exercício da psiquiatria acaba por legitimar a fala da posição de sujeito considerando a patologização das dissidências sexuais e de gênero, além de que, até pouco tempo, a homossexualidade e a transexualidade eram categorizadas como

patologias. Nesse sentido, Foucault (2020b, p. 52) afirma que “as instituições [...] psiquiátricas com sua numerosa população, [...] constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres”, vindo a interditar as sexualidades dissidentes fazendo circular discursos que potencializam a noção de perigo constante decorrente desse espectro da “ideologia de gênero”.

Destarte, o discurso repousa em uma regularidade enunciativa marcada por vieses religiosos e conservadores que vão negar a existência das sexualidades e gêneros dissidentes, deturpando o que se compreende por estudos de gênero e educação sexual, concebendo uma “ideologia” que é um mal a ser erradicado. Verifica-se, que o discurso evoca a “ideologia de gênero” como algo digno de pena, e, por isso, propõe criminalizar a referida prática.

Sucedem-se que a própria proposta do candidato cai por terra; primeiro, porque não há como se conceber uma “ideologia de gênero” (REIS; EGGERT, 2017) que pudesse ser erradicada e, segundo, porque se tratava de candidato ao parlamento estadual e, assim sendo, a proposta do candidato se materializaria em uma lei estadual. Todavia, nos termos da Constituição Federal de 1988, a competência para legislar sobre direito penal é da União, e não dos Estados, o que quer dizer que a proposta do candidato já encontra vício de constitucionalidade tanto nos requisitos formais, com relação à competência, quanto materialmente, com relação ao conteúdo, porquanto todas as tentativas de criminalização das discussões de gênero e sexualidade não lograram êxito quando levadas às instâncias legais superiores. De acordo com Ximenes e Vick (2020), as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar inválidas diversas leis municipais antigênero pontuam que a censura às temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual viola a liberdade constitucional de ensinar e de aprender, bem como fere a liberdade de expressão no exercício profissional dos docentes.

A segunda materialidade a ser estudada constitui uma postagem do deputado federal Nelson Barbudo (PSL/MT), à época das eleições de 2018, em que este se posiciona a respeito da “ideologia de gênero” na escola, fundamentando seu posicionamento nos direitos da criança.

Figura 3 - Postagem de Nelson Barbudo



Fonte: Instagram de Nelson Barbudo.

A postagem do então candidato e atual deputado federal, Nelson Barbudo (PSL/MT), apresenta a sua proposta de número cinco como sendo “COMBATE À IDEOLOGIA DE GÊNERO”. A postagem consiste em uma foto do candidato sobre um plano de fundo com seu nome e número, cuja identidade visual é fruto de uma resignificação da bandeira do país, que, por sua vez, é uma prática bastante exercida por movimentos como Movimento Brasil Livre (MBL) e o movimento pró-Bolsonaro, além de uma tarja em que enuncia a sua proposta, conforme dito alhures. A cooptação dos símbolos pátrios por movimentos que, em tese, são antidemocráticos delinea um efeito curioso. De acordo com a análise de Sousa e Braga (2021), a apropriação da bandeira nacional por parte de um grupo político específico visa garantir uma pretensa coesão e unidade no esteio de um dado posicionamento partidário. Já na legenda da postagem, a posição de sujeito enuncia: “sempre com respeito à opção de cada pessoa, o que queremos é que seja respeitada também a infância, combatendo a ideologia de gênero que está sendo imposta precocemente”.

De início, percebe-se que o sujeito se refere à sexualidade e identidade de gênero como sendo uma opção ou escolha de vida e, assim, nega a existência das sexualidades e gêneros dissidentes, manifestando-se à revelia das posições destas categorias em relação aos sujeitos (BRANDÃO; LOPES, 2018). Interessante que a posição de sujeito expressa um desejo de respeito para com os sujeitos de gênero e sexualidade dissidentes, mas se mostra contrária à discussão sobre o tema no ambiente escolar, ainda mais ao se

considerar que enuncia como se houvesse uma imposição de uma suposta “ideologia de gênero” por parte dos docentes. Dessa forma, em consonância com Foucault (2008), observamos que o objeto de discurso “ideologia de gênero” é inserido em uma posição contrária a um ensino que seria considerado moralmente saudável às crianças e adolescentes.

Quando comparamos essa materialidade com a antecessora, verificamos a continuidade de uma regularidade discursiva que se baseia na defesa da infância e dogmas religiosos cristãos, colocando a “ideologia de gênero” como um mal a ser combatido, e o fazem tentando evidenciar ser uma prática real e coercitiva, já que a primeira materialidade enuncia a vontade de criminalizar, e a segunda uma luta a uma suposta coerção. A esse respeito, é preciso avaliar que, conforme Machado (2018, p. 13) frisa, “[...] a categoria gênero desenvolvida por acadêmicas feministas é utilizada como linguagem de política pública local pelas agências internacionais e é visto pela Igreja Católica e segmentos neopentecostais como um recurso ideológico que é pernicioso para a ordem social”. Desta forma, a posição de sujeito, valendo-se da instância que ocupa, enuncia, por meio de uma vontade consistente em adjetivar os estudos de gênero e sexualidade e, mais ainda, a discussão dessa temática no ambiente escolar, como algo que não objetiva proteger de abusos ou combater a discriminação, mas que erotiza as crianças e adolescentes e tende a deturpar o conceito tradicional de família.

Além da escola, a proposta do candidato Nelson Barbudo (PSL) advoga que a “ideologia de gênero” também estaria presente nos meios de comunicação aos quais as crianças têm acesso. Na constituição desse discurso, emerge uma posição segundo a qual haveria uma espécie de grande organização internacional responsável por introjetar condutas relacionadas ao campo da esquerda, mormente denominado de “marxismo cultural”. Trata-se, de acordo com Miguel (2021), de uma tese que permite fundir o anticomunismo tradicional com o pânico moral engendrado a partir da dissolução dos papéis tradicionais de gênero. Tendo como principal influenciador o astrólogo Olavo de Carvalho, tem-se a crença de que os movimentos feministas e grupos LGBTQIA+ seriam, no fundo, responsáveis pela implantação de uma agenda comunista a ser continuamente implantada no país, especialmente nas crianças via “ideologia de gênero”. Essa preocupação subsiste na postagem do candidato Nelson Barbudo, quando se credita que há uma imposição da “ideologia de gênero” na corrupção da inocência infantil. Ainda na

constituição do discurso político do candidato, vale recuperar o *slogan* da campanha (“fazendo o certo pelo justo”) que, num domínio associado, está atrelado à formação discursiva da religião cristã. Num famoso excerto do texto bíblico, lê-se que o “O justo viverá pela fé” (Romanos; 1;17). Nessa ótica, a postagem de Barbudo traz em sua constituição elementos relacionados à verdade da religião cristã e, com isso, busca-se implementar uma atuação parlamentar em consonância com tais princípios.

A terceira materialidade a ser analisada constitui uma postagem do deputado federal Tio Trutis (PSL/MS), na época da campanha eleitoral de 2018, em que o outrora candidato afirma que a “ideologia de gênero” ameaça a infância e se propõe a não deixar a deflagração do que considera “golpe”.

Figura 4 - Postagem de Tio Trutis



Fonte: Instagram de Tio Trutis (PSL/MS).

No enunciado da postagem, a posição do sujeito destaca, em letras garrafais, que a “ideologia de gênero” constitui uma grave ameaça às crianças. Esse saber que se volta para necessidade de dar guarida à concepção de família cristã e, como corolário, à infância, as quais estão amedrontadas pelo espectro da “ideologia de gênero”, repousa em uma ideia segundo a qual, conforme Cotta e Pocahy (2018), as crianças são seres que não sabem o que estão fazendo, são incapazes de refletir sobre seus desejos e sensações, de maneira a carecer de um cuidado vigilante da família. Assim como vimos na primeira postagem analisada, o espectro da “ideologia de gênero” está num ponto oposto ao que

seria a felicidade e bem-estar de crianças e jovens. Uma regularidade enunciativa pode ser cartografada quando observamos que tanto na postagem de Dr. Daniel (PSL/RN), como na de Tio Trutis (PSL/MT), as imagens dão a ver crianças e jovens alegres e satisfeitos, condição a ser deturpada pelo perigo da “ideologia de gênero”. Esta é categorizada, na postagem de Tio Trutis (PSL/MS), como sendo parte de um golpe dos movimentos políticos de esquerda cujas feições se mostram comunistas infernais e promíscuas. Reside nesse discurso uma posição que enxerga “conspirações atuando por parte e engendradas por agentes malignos – pessoas, organizações ou espíritos –, trabalhando calculada e secretamente sobre nós” (VEIGA-NETO, 2020, p. 7).

A partir dessa posição enunciativa, estabelece-se o funcionamento dos discursos que negam a existência das sexualidades e identidades de gênero dissidentes, tendo em vista que se concebem as categorias de gênero e sexualidade como categorias intrinsecamente relacionadas ao posicionamento alinhado à esquerda da política e ao comunismo, negando que a existência das sexualidades e gêneros dissidentes se relaciona à constituição do sujeito e não ao alinhamento político-ideológico. Não obstante, conforme nos lembram Brandão e Lopes (2018), gênero e sexualidade são categorias culturais e sociais, mas, pelos posicionamentos contrários à abordagem desses temas, trata-se de categorias naturais e “[...] o determinismo biológico dos corpos é reificado para fazer face às transformações corporais, sexuais e de gênero” (BRANDÃO; LOPES, 2018, p. 116). Nessa ofensiva contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero (MIGUEL, 2021), a postagem do candidato Tio Trutis (PSL/MS) busca angariar o apoio do eleitor na consecução de uma pauta para a qual urge demandar esforços prementes. No *print* que fizemos da postagem no *Instagram*, podemos notar o envolvimento dos potenciais apoiadores, os quais se exprimem por meio de emojis e de dizeres de apoio, de maneira a delinear o efeito de aproximação do sujeito político com os seus eleitores.

Discursos que associam a diversidade à esquerda e ao comunismo emergem no contexto de crise institucional, política e econômica que atravessa o país hodiernamente. Todavia, têm sua gênese no início da década de 2010, quando os governos alinhados à esquerda da América Latina começam a decair em razão de práticas que irromperam com o estado social a partir da inclusão e do reconhecimento da diversidade (ALMEIDA, 2019) e, por assim ser, o objeto “ideologia de gênero” vai existir a partir dessa superfície de emergência, conforme temos discutido no decorrer deste escrito. Cria-se, portanto,

uma demanda que integra planos e propostas de candidatos favoráveis a uma agenda antigênero.

A quarta materialidade discursiva coletada consiste em uma postagem feita pela deputada federal Professora Dayane Pimentel (PSL/BA). Na ocasião, a então candidata apresenta algumas de suas propostas na área da educação, dentre elas a proibição da implantação da “ideologia de gênero”. Eis a postagem:

Figura 5- Postagem de Professora Dayane Pimentel



Fonte: Instagram da Professora Dayane Pimentel (PSL/BA).

A materialidade apresentada tem como enunciados algumas propostas do sujeito para a educação. Como a nossa pesquisa cinge-se apenas ao objeto “ideologia de gênero”, destacamos a última proposta do enunciado, qual seja: “proibir a implantação da ideologia de gênero para crianças”. Como se observa, novamente, percebe-se um discurso cuja formação discursiva concebe a “ideologia de gênero” como um mal a ser erradicado, pois é responsável pela erotização das crianças e adolescentes, pondo em xeque a ingenuidade e inocência destes. Quando lemos o substantivo “implantação”, somos levados a notar que, de acordo com esse posicionamento discursivo, a famigerada “ideologia de gênero” estaria em vias de ser efetivada de modo autoritário e irrefletido e, por isso, convém lançar de mão de esforços para barrá-la, sob a pena de levar a um processo de “doutrinação” das crianças e jovens.

Neste caso, apesar de não destacar a ojeriza explícita à “ideologia de gênero”, a posição de sujeito enuncia como proposta a proibição de uma “ideologia” se valendo da

sua ocupação enquanto professora, para legitimar o seu lugar de fala com relação à educação e ao ensino no seu plano de mandato parlamentar. A postagem da Professora Dayanne Pimentel, bem como as demais, fazem funcionar, por meio da materialidade repetível do *Instagram* e do *Facebook*, posições de sujeito que emolduram a “ideologia de gênero” como um objeto de discurso matizado pelo perigo e a afronta à moralidade cristã e, como consequência, condenam veementemente as abordagens de ensino que partilhem de tal prática, as quais devem ser cerceadas pelos mecanismos da interdição, da proibição e da denúncia. O discurso da candidata destaca-se, ainda, em razão de ela se apresentar como *professora*, reforçando a condenação ao ensino sobre gênero e sexualidade porque o discurso é enunciado por uma profissional da educação e, por isso, deve ser aceito como verdadeiro. Considerando a construção da imagem do sujeito político, essa marcação profissional é relevante, tendo em vista que, por meio dela, é possível criar um efeito de aproximação com os potenciais eleitores em relação às bandeiras educacionais defendidas, as quais estão alinhadas a certo projeto de poder, por meio da regulação e da disciplina (FOUCAULT, 1999) da subjetividade e dos corpos dos discentes, através da militarização, do retorno do ensino de moral e cívica e da instrução pura e simples, por meio da menção a “atividades profissionalizantes”.

Esses posicionamentos funcionam como uma espécie de “caça às bruxas”, porque concebem a “ideologia de gênero” como uma ferramenta que não visa combater o preconceito ou prevenir abusos, mas que possui o papel precípua de dissolver a dogmática religiosa cristã, pois os estudos sobre gênero e sexualidade se apresentam subversivos ao sistema cisheteronormativo. Conforme Carrara (2015), a crítica à “ideologia de gênero” se volta tanto para as discussões sobre princípios da equidade de gênero no interior da escola quanto para o reconhecimento da diversidade de gênero e de orientação sexual, a qual não deve receber qualquer tipo de preocupação por parte da instituição escolar.

Além disso, a posição de sujeito destaca sua foto ao lado da imagem do presidente Jair Bolsonaro e, abaixo, enuncia: “A FEDERAL DE BOLSONARO”, descrevendo, então, um lugar institucional que lhe confere legitimidade para enunciar contra a “ideologia de gênero”, tendo em vista que se apresenta como a deputada aliada do presidente e, portanto, disposta a colocar em prática os ideais desse candidato. Ao demonstrar o alinhamento com Bolsonaro, pode-se notar uma estratégia de *marketing* responsável por aglutinar eleitores pertencentes a tal posicionamento discursivo. Assim como na postagem de Tio Trutis, na publicação da Professora Dayane Pimentel, há as reações imediatas dos prováveis eleitores, os quais se exprimem por meio das opções ofertadas pelas redes sociais digitais. Conforme vimos no tópico anterior, as

transformações por que passou o discurso político a partir do advento das mídias sociais digitais denota uma maior aproximação entre candidatos e eleitores, além de uma brevidade nas formas de comunicação, dialogando, assim, com os modos de enunciar e as estratégias discursivas da/nas redes digitais de interconexão social.

4 Considerações finais

Neste artigo, objetivamos analisar a “ideologia de gênero” no discurso político da campanha eleitoral de 2018. Para isso, estudamos, de modo específico, quatro postagens de redes sociais de candidatos de partidos vinculados à base aliada do presidente Jair Bolsonaro, na época vinculado ao PSL, o qual se consagrou vitorioso no referido pleito eleitoral. Vimos que a aversão aos temas de gênero e sexualidade, especialmente no espaço escolar, se construiu nos últimos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), sob a rubrica do termo “ideologia de gênero”, expressão guarda-chuva que serve para designar, de maneira desfigurada, as abordagens científicas sobre o gênero e a sexualidade, as quais são ressignificadas como uma estratégia de ataque ao modelo de família tradicional, à heterossexualidade, à inocência das crianças e aos valores do cristianismo, num plano mundial de dominação da esquerda política e do comunismo.

Como uma forma de defender os valores que foram afetados, os candidatos defendem, de diversas formas, em suas propostas de atuação parlamentar presentes nas postagens analisadas, a criminalização da “ideologia de gênero” (postagem de Dr. Daniel) e a necessidade de frear a sua iminente implantação nas escolas e nos meios de comunicação (postagem de Tio Trutis). Para se reportarem a essa perniciosa prática, são empregados termos como “promiscuidade infernal” e “imposta precocemente” (postagem de Professora Dayane Pimentel). O tom de cólera utilizado pelas posições de sujeito das postagens permite entrever como as abordagens sobre gênero e sexualidade, encapsuladas pela expressão “ideologia de gênero” incomodam e geram reações que visam a manter relações de poder responsáveis pela contínua violência e exclusão dos sujeitos que não se encaixam nas normas regulatórias de gênero.

A campanha eleitoral de 2018 certamente levou ao limite uma onda de agressões que, sob o pretexto de defender uma infância prestes a ser corrompida, incita posturas antidemocráticas e autoritárias. Analisar, sob o prisma discursivo, a construção dessas práticas é fundamental para a problematização dos efeitos que nos levaram a esse quadro que atualmente estamos vivenciando. Quando a filósofa Judith Butler foi publicamente

hostilizada e agredida em sua passagem pelo Brasil, em 2017, por movimentos antigêneros, os quais a denominaram de “bruxa” por incitar a “ideologia de gênero”, ela escreveu uma carta ao jornal Folha de S. Paulo e um dos trechos será aqui recuperado. Segundo a pensadora estadunidense, “[...] quando a violência e ódio se tornam instrumentos da política e de moral religiosa, então a democracia é ameaçada por aqueles que pretendem rasgar o tecido social, punir as diferenças e sabotar os vínculos sociais necessários para a nossa convivência aqui na Terra” (BUTLER, 2017, s.p).

Contribuição

Rafael Danrley Barra de Menezes: Conceptualização, Investigação, Escrita – rascunho original, Escrita – análise e edição; **Francisco Vieira da Silva:** Investigação, Escrita – análise e edição.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e crise brasileira. **Novos Estudos**, v. 38, n.1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

BÍBLIA SAGRADA. **Sagrada Bíblia Católica:** Antigo e Novo Testamentos. Trad. José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BRANDÃO, Eliane Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. Não é competência do professor ser sexólogo: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas**, v. 18, n. 1, p. 100-123, jan./abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e sua passagem pelo Brasil. **Folha de S. Paulo**, 2017.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz. Negação da política e politização da educação: a prática discursiva do Movimento Escola Sem Partido. **Educação em Questão**, v. 56, n. 50, p. 65-87, out./dez., 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

COTTA, Rafaela; POCAHY, Fernando. Escola sem partido e sua maldita benevolência contra uma suposta ideologia de gênero: afinal, do que as crianças precisam ser

protegidas? In: POCHAY, Fernando; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro (Orgs.). **Gênero, sexualidade e geração**: intersecções na educação e/m saúde. Aracaju: EDUNIT, 2018, p. 221-236.

COURTINE, Jean Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

CUNHA, L. L. N. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência, **Revista de Estudios Brasileños**. v. 7, n. 10, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020b.

GOLDZWEIG, Rafael S. Por que devemos nos preocupar com a influência das redes sociais nas eleições de 2018? **El País**, 2018.

JUSTO, Gabriel. Pelo 12º consecutivo, Brasil é país que mais mata transexuais no mundo, **Exame**, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 7-42.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista de Estudos Feministas**, v. 26, n.2, p. 1-18, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira, **Cadernos Pagu**, v. 62, e216216, 2021.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 53, s.p., 2018.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PIOVEZANI, Carlos. Metamorfoses do discurso político contemporâneo. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 1, maio, 2017.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos, **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2018.

SALDAÑA, Paulo. Motores de Bolsonaro, Escola sem partido e ideologia de gênero têm raízes religiosas, **Folha de S. Paulo**, 2018.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira A análise do discurso e a natureza semiológica de análise. In GREGOLIN, Maria Rosário Valencise; KOGAWA, João Marcos Mateus. (Orgs.). **Análise do discurso e semiologia**: problematizações contemporâneas. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2012, p. 101-120.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Discurso político e redes sociais. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, ago., 2015.

SCHIBELINSKI, Diego. “Isso é coisa do capeta!”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder, **Retratos da Escola**, v. 14, n. 28, p. 15-38, jan./abr. 2020.

SILVA, Milena Mangabeira da. **Comunicação política e redes sociais**: produção discursiva dos senadores no Facebook sobre o impeachment de Dilma Rousseff. 2018, 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SOUSA, Jacyane Dantas; BRAGA, Amanda Batista. Da política e do esporte: a bandeira brasileira e as rupturas discursivas da identidade nacional. **Entrepalavras**, v. 11, n. 2, p. 1-21. maio/ago. 2021.

VEIGA NETO, Alfredo. Mais uma lição: sindemia covídica e educação, **Educação e realidade**, n. 45, v. 4, e109337, 2020.

XIMENES, Salomão; VICK, Fernanda. Fim de um ciclo: STF decide dar fim à ideia fraudulenta do Escola sem Partido, **Diálogos do Sul**, São Paulo, 06 de julho de 2020.

Recebido em: 03 de outubro de 2021

Aceito em: 15 de abril de 2021

Publicado em abril de 2022

Rafael Danrley Barra de Menezes
E-mail: rafaeldbarram@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7145-0100>

Francisco Vieira da Silva
E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>